VIOLÊNCIA / Depois da recomendação dos procuradores, hospital universitário realiza o procedimento na criança de 11 anos que foi estuprada, em Santa Catarina

Gravidez chega ao fim

» FABIO GRECCHI

Reprodução/site

Hospital inicialmente se recusou a realizar o procedimento porque a menina tinha ultrapassado o período considerado correto para a intervenção

A menina de 11 anos, vítima de um estupro em Santa Catarina e que teve o aborto negado pela Justiça do estado, teve a gestação interrompida na última quarta-feira. A informação, porém, só foi divulgada ontem pelo Ministério Público Federal (MPF), que havia recomendado a realização do procedimento.

Em nota, o MPF afirma que o Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que havia negado a realização do aborto inicialmente, foi procurado pela mãe e pela criança. Depois da repercussão do caso, a equipe médica "adotou as providências para interrupção da gestação da menor".

"O Ministério Público Federal (MPF), considerando a grande repercussão do caso envolvendo menor vítima de estupro e, que teve a interrupção legal da gestação negada pelo serviço de saúde, vem informar o acatamento parcial da recomendação expedida ao Hospital Universitário (HU) Polydoro Ernani de São Thiago, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O hospital comunicou ao MPF, no prazo estabelecido, que foi procurado pela paciente e sua representante legal e adotou as providências para a interrupção da gestação da menor", informou o comunicado.

Na recomendação que fizera, MPF fixou prazo até o meio-dia de ontem para que o hospital se manifestasse sobre a possibilidade de interromper a gravidez. No documento, a procuradora Daniele Cardoso Escobar, que assina o documento que seguiu para a equipe médica, argumentou que, no caso de aborto legal, não há restrições relacionadas à idade gestacional ou ao peso do feto que pudessem impedir o procedimento.

O hospital foi procurado pela vítima para realizar o aborto no início de maio, quando ela estava com 22 semanas de gestação. Mas a unidade de saúde se negou a realizar a operação — alegou que as normas da unidade permitem a interrupção da gravidez só até a 20ª semana.

Indução

O episódio veio à tona na última segunda-feira, quando gravações de uma audiência mostram a juíza Joana Ribeiro Zimmer, então lotada na Comarca de Tijucas (município a 30km de Florianópolis) e responsável pelo caso, induzindo a menina para que suportasse a gravidez por mais algumas semanas para conseguir dar à luz ao bebê. Os diálogos foram divulgados em reportagem publicada pelos portais Catarinas e The Intercept Brasil.

A magistrada não está mais à frente do caso. No último dia 15, antes da publicação da reportagem, ela foi promovida e transferida para a 1ª Vara Comercial de Brusque.

A criança ficou em um albergue, longe da família, por mais de 40 dias por determinação de Joana. A juíza atendeu ao pedido da promotora Mirela Dutra Alberton, que solicitou o isolamento da menina para, supostamente, abrir a possibilidade de investigar se o abuso sexual estava sendo cometido dentro de casa. A desembargadora Cláudia Lambert de Faria, porém, determinou que a criança voltasse para perto da mãe.

Joana, aliás, pode ser punida pela atuação no caso: a pedido da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) e da Marcha Mundial de Mulheres, o Conselho Nacional de Justiça investigará a conduta da juíza. Para as duas entidades, que encaminharam representação ao CNJ, a magistrada cometeu "abuso institucional" e "prática de procedimento administrativo incompatível com sua função, além de ilícitos de caráter civis e penais".

Quem também pode ser punida é Mirela Alberton. Isso porque o corregedor-geral do Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC), Fábio Strecker Schmitt, abriu um procedimento disciplinar para investigar a atitude dela no episódio. A denúncia chegou ao Conselho Nacional do Ministério Público e a apuração contra a procuradora está a cargo do conselheiro Oswaldo D'Albuquerque, que determinou a abertura de um procedimento disciplinar.

O aborto de uma gravidez resultante de violência sexual ainda enfrenta vários tabus, mesmo estando previsto no artigo 128 do Código de Processo Penal (CPP). De acordo com a redação, a interrupção da gestação é considerada legal quando se tratar do efeito de abuso sexual ou puser em risco a saúde da mulher. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que o aborto também pode ser realizado em caso de fetos anencéfalos. **(Com Agência Estado e Isabel Dourado)**

> **O hospital comunicou ao MPF, no prazo estabelecido, que foi procurado pela paciente e sua representante legal e adotou as providências para a interrupção da gestação da menor"**
>
> ***Nota do MPF confirmando o procedimento de interrupção da gravidez da menina de 11 anos***

Procurador preso por espancamento

» ISABEL DOURADO*

Willian Moreira/Futura Press

Demétrius estava em uma clínica psiquiátrica em Itapecerica da Serra quando foi detido

A Polícia Civil prendeu, ontem, o procurador Demétrius Oliveira de Macedo, que agrediu a procuradora-geral da Prefeitura de Registro, Gabriela Samadello Monteiro de Barros, na última segunda-feira. Ele estava internado em uma clínica, em Itapecerica da Serra, também no interior de São Paulo.

Na conta que mantém no Twitter, o governador do estado, Rodrigo Garcia (PSDB), comentou a prisão. "Que a Justiça faça a sua parte agora e use contra ele todo o peso da lei. Agressor de mulher vai para cadeia aqui em São Paulo. Denuncie sempre", exortou.

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) denunciou Demétrius por tentativa de feminicídio. "O ataque contra a incolumidade física da vítima e a gravidade dos ferimentos, estampada nas fotos da ofendida, atingida primordialmente no rosto e cabeça, região vital, não deixa dúvidas de que ele buscava a morte da vítima, que apenas não ocorreu por circunstâncias alheias à sua vontade, qual seja, a interferência de terceiros presentes na repartição pública, ambiente de trabalho de ambos", registra a denúncia.

A promotoria cita, ainda, a qualificadora de recurso que dificultou a defesa da vítima, em razão de Demétrius ter jogado a Gabriela no chão e continuar a golpeá-la "feroz e continuamente, aproveitando possuir porte físico muito superior".

O MP-SP imputa ao procurador suposta coação no curso do processo e injúria. A primeira está ligada ao fato de ter usado de violência contra a ex-superior hierárquica, "pessoa que funcionava ou era chamada a intervir em processo administrativo, com o fim de favorecer interesse próprio". Já a acusação de injúria tem relação com as ofensas de Demétrius à dignidade e ao decoro de Gabriela em razão das suas funções, "ao chamá-la com nomes de baixo calão".

Gabriela, de 39 anos, foi espancada por Demétrius, de 34, em pleno expediente na prefeitura. Com a prisão, ela assegurou que se sente mais segura, pois temia ser perseguida por ele e que algo ainda mais grave pudesse acontecer.

Segundo a procuradora, ela tem recebido muitas mensagens de apoio de outras mulheres. "Tem me dado forças para expor essa situação, para poder encorajar cada vez mais pessoas a fazerem o mesmo, e, assim, a gente mudar esse pensamento machista e patriarcal na sociedade", disse.

A agressão de Demétrius contra Gabriela teria sido motivada pela abertura de um processo administrativo contra ele devido à postura no ambiente de trabalho. Segundo o delegado Daniel Vaz Rocha, que pediu a prisão preventiva, o procurador "vem tendo vários problemas de relacionamento com mulheres no ambiente de trabalho, sendo que, em liberdade, expõe o perigo a vida delas."

> **O ataque contra a incolumidade física da vítima não deixa dúvidas de que ele buscava a morte da vítima, que apenas não ocorreu por circunstâncias alheias à sua vontade"**
>
> ***Trecho da denúncia do MP-SP contra Demétrius Macedo, agressor da procuradora Gabriela Barros***

Dados das agressões

Segundo o dossiê *Cultura e Raízes da Violência Contra as Mulheres*, da Agência Patrícia Galvão, 503 mulheres são vítimas de agressão a cada hora e acontecem cinco espancamentos contra mulheres a cada dois minutos. Além disso, a maioria das brasileiras (86%) percebe um aumento na violência cometida contra pessoas do sexo feminino durante o último ano, de acordo com a pesquisa *Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher — 2021*, realizada pelo Instituto DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência. O levantamento foi divulgado ontem, na audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

A sondagem é realizada a cada dois anos, desde 2005. A edição de 2021 aponta um crescimento de 4% na percepção feminina sobre a violência em relação à edição anterior. O estudo ouviu 3 mil mulheres entre 14 de outubro e 5 de novembro.

Para 71% das entrevistadas, o Brasil é um país muito machista. Para elas, 68% das brasileiras conhecem uma ou mais vítimas de violência doméstica ou familiar, enquanto 27% declaram já ter sofrido algum tipo de agressão de um homem. **(Com Agência Estado)**

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

VARÍOLA

Com mais 2 casos no Rio, já são 16 no país

A prefeitura do Rio de Janeiro confirmou, ontem, mais dois casos de varíola dos macacos envolvendo residentes do município. As ocorrências se somam a outras 14 já registradas no país, conforme o Ministério de Saúde. Os casos reconhecidos por autoridades sanitárias estão distribuídos em três estados: são 10 ocorrências em São Paulo, quatro no Rio e duas no Rio Grande do Sul.

Segundo a prefeitura, as duas novas confirmações envolvem homens de 25 e 30 anos. Nenhum tem histórico de viagem internacional recente ou contato com viajante. Portanto, são possivelmente casos autóctones — isto é, a infecção ocorreu dentro do estado.

Considerando as novas ocorrências, a capital fluminense registra agora três confirmações. Todos os pacientes estão em isolamento domiciliar e sendo monitorados diariamente. Segundo a Secretaria de Saúde do município, eles apresentam boa evolução clínica. A pasta também informa que está monitorando pessoas que tiveram contato com os infectados. A cidade de Maricá responde pela quarta ocorrência no estado.

O levantamento do ministério, embora ainda não contabilizasse os dois novos casos do Rio de Janeiro, incluía três ocorrências em São Paulo, também confirmadas ontem. Todos os pacientes são do sexo masculino e residentes na capital. Segundo a pasta, dos 14 registros até então relatados, três eram considerados autóctones. Outros 11 foram classificados como importados, uma vez que os pacientes têm histórico de viagem à Europa.

Até o momento, não há no país registro de casos que evoluíram para uma situação grave. Há duas cepas conhecidas: a mais perigosa (taxa de letalidade de até 10%) é endêmica na região da Bacia do Congo; a outra, que tem uma taxa de letalidade de 1% a 3%, é endêmica na África Ocidental e produz quadros clínicos leves.

Crianças sem vacina da covid

Enquanto o Ministério da Saúde amplia o público elegível ao reforço (terceira e quarta doses) contra a covid-19, crianças com menos de cinco anos continuam sem imunizante disponível para iniciar a cobertura vacinal. Nos Estados Unidos, as vacinas da Pfizer e da Moderna receberam aval para aplicação em bebês a partir dos seis meses, mas nenhuma das farmacêuticas submeteu pedido para essa faixa etária no Brasil. A solicitação de uso da CoronaVac em crianças de três a cinco anos, por sua vez, aguarda decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) há cerca de 100 dias.

Pediatras destacam que essa imunização se mostra cada vez mais importante. Isso porque o Brasil vive uma "epidemia" de vírus respiratórios na população pediátrica, e embora adultos tenham sido mais acometidos, a covid também leva jovens a óbito. Ao mesmo tempo, o país enfrenta nova alta de casos, por causa de variantes mais transmissíveis — como é o caso da ômicron.

O Instituto Butantan protocolou a solicitação de aplicação da CoronaVac em crianças de três a cinco anos em 11 de março, mas segue sem uma resposta. Essa é a terceira vez que tenta a liberação do imunizante nessa faixa etária. A vacina já é aplicada a partir dos três anos na China, no Chile, na Colômbia e no Equador.